

Educação e Saúde: reflexões sobre comprometimentos da saúde docente pelo trabalho remoto em tempos de pandemia

Education and health: reflections on teachers' health commitments by remote work in times of pandemic

Iracy de Sousa Santos¹, Delcineide M. Ferreira Segadilha^{1*}

RESUMO

Neste artigo tem-se como objetivo geral: refletir sobre os comprometimentos da saúde docente no contexto do trabalho remoto em tempos da pandemia da Covid-19. Utiliza-se como base de análise observações participantes em reuniões dos/as docentes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. Como instrumentos de investigação usou-se observação participante e pesquisa bibliográfica. Para análise dos dados, fez-se uso da interpretação e inferência dos dados. Concluiu-se que a pandemia da Covid-19 intensificou um quadro que expõe os docentes a um cenário de adoecimentos atravessado por sentimentos de medo, ansiedade, estresse e depressão. Adoecimentos que têm levado muitos docentes a afastamentos, assim como a quadros sérios de enfermidade, destituindo-os da possibilidade de orgulhar-se de seu fazer profissional. Assim, considera-se fundamental equilibrar a produção da pesquisa básica e aplicada em todos os setores da sociedade, em especial Saúde e Educação, campos da ciência fundamentais à qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação; Saúde; Pandemia.

ABSTRACT

In this article, the general objective is: to reflect on the commitments of teaching health in the context of remote work in times of the Covid-19 pandemic. Observations participating in meetings of professors of the Pedagogy Course at the Federal University of Maranhão are used as a basis for analysis. As research instruments, participant observation and bibliographic research were used. For data analysis, data interpretation and inference were used. It was concluded that the Covid-19 pandemic intensified a framework that exposes teachers to a scenario of illness crossed by feelings of fear, anxiety, stress and depression. Illnesses that have led many professors to leave, as well as to serious illness, depriving them of the possibility of being proud of their professional work. Thus, it is essential to balance the production of basic and applied research in all sectors of society, especially Health and Education, fields of science that are fundamental to the quality of life.

Keywords: Education; Health; Pandemic.

¹ Universidade Federal do Maranhão

*E-mail: delcineide.mf@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Educação e saúde são indicadores prioritários do desenvolvimento de qualquer sociedade, daí a necessidade de focar estes campos da ciência para fundamentar a discussão sobre a inter-relação entre ambos, na direção de um exercício crítico de educadores e profissionais da área da saúde. Historicamente tem se registrado significativo avanço nessas duas amplas áreas, que utilizam referenciais teóricos científicos para sustentar suas práticas em prol do progresso. Assim, convém lembrar que do ponto de vista epistemológico temos os paradigmas de ciência que embasam esta trajetória, permitindo-nos centrar nossas ações nas políticas e propostas que estão em voga na sociedade, porém com a devida preocupação em atender o sujeito como ser complexo e de múltiplas relações.

Nesse sentido, para situar a nossa reflexão consideramos procedente elencar alguns dos mais usuais paradigmas de ciência. Em vista disso, importa trazeremos uma definição de paradigma de ciência, o qual apresentamos definição de Kuhn (1962, p. 218), a considerar paradigma a “constelação de crenças, valores e técnicas compartilhadas pelos membros de uma comunidade científica”.

Nesse entendimento, este conjunto de valores e técnicas precisariam estar alicerçados em uma base teórico-metodológica que permita unificar as ideias de uma comunidade científica iniciando assim uma nova temática em torno de uma outra construção teórica. A mudança de paradigma para Kuhn (1962), possui causas “internas e externas”, sendo que as internas são resultantes de desenvolvimentos teórico-metodológicos dentro de uma mesma teoria onde o modelo estabelecido não respondendo mais às explicações da realidade, coloca a comunidade científica na busca de novas alternativas, enquanto as externas são exigências de mudanças na sociedade e na cultura de uma época que demandam explicações de ordem teórica que a vigente já não satisfaz.

Para Morin (1996 p. 287), paradigma envolve a noção relacional e “comporta um certo número de relações lógicas bem precisas entre conceitos, noções básicas que governam todo discurso.” Compreendendo o conceito de paradigma nesta perspectiva relacional é possível estabelecer uma convivência com outras teorias, como também sinaliza para uma ideia mais completa a respeito da educação, transformação e extensão do conhecimento científico mediante rupturas que naturalmente ocorrerão na passagem da teoria existente para uma nova teoria.

Nas últimas décadas têm sido questionadas a frieza, objetividade e neutralidade científicas que têm permeado o fazer das ciências sociais e da saúde. Profissionais destas áreas, com expressividade nacional e internacional, tais como: Freire, Giroux, Mourin, Capra e Prigogine, todos estes apresentam preocupações com o futuro das gerações e destacam em seus estudos, pontos convergentes sobre a necessidade de um “paradigma inovador.” Um paradigma cuja unidade seja a visão de totalidade, e o desafio de buscar a superação da fragmentação e reprodução, para assumir o processo de produção do conhecimento em um contexto relacional que seja próprio da ação do homem com o mundo e sobre o mundo.

O modelo de ciência que triunfou no desenvolvimento das ciências naturais foi o positivista, perdurando por muito tempo no meio acadêmico, inclusive adotado pelas Ciências Sociais como garantia de rigor científico e objetividade, isto é, ao estudar os fatos e os processos sociais em uma perspectiva de neutralidade, excluindo a subjetividade na ocorrência dos fenômenos sociais, resultando em isolamento acadêmico da trama social, como também da participação nos acontecimentos políticos e sociais que se produziu em cada sociedade.

Considerando que a sociedade vive em constantes transformações, as instituições responsáveis pela produção e sistematização dos conhecimentos necessitam formar recursos humanos com uma visão ampla de mundo e de conhecimento, o que nos reporta para o campo do conhecimento científico. No campo da educação, urge que se implante um projeto educacional coerente com um modelo científico mais atual, aberto à multidimensionalidade do ser humano e à forma inovadora de construção do conhecimento. Um modelo de ciência que em sua complexidade envolva aspectos físicos, biológicos, mentais, psicológicos, políticos, culturais e sociais, ou seja, que compreenda a realidade em sua amplitude, continuidade e evolução, o que exige estarmos preparados para participar do mundo sabendo manusear diferentes linguagens e ferramentas que fazem parte de uma nova visão de mundo e que enfatize o todo em vez das partes.

Nessa visão complexa e abrangente sobre o real, emerge a necessidade de um paradigma que dê conta dos desafios de substituir a fragmentação pela integração, descontinuidade por continuidade, desarticulação por articulação, que deve acontecer desde o campo teórico-científico até a práxis educativa que também se faz necessária nos campos saúde e educação, sempre buscando enfatizar um enfoque de totalidade que articule diferentes campos da realidade, como, o social, o político e o educacional, no

sentido de combater variadas mazelas que afetam a sociedade brasileira, especialmente os grupos mais vulneráveis.

Aqui cabe destaque para a ampliação do conceito de saúde da civilização grega que com a procura de uma explicação racional para a presença das doenças, conceituou saúde como a ausência de doenças, conceito este que perdurou por muito tempo. A ampliação desse conceito só veio com a Organização Mundial de saúde (OMS), em 1948, quando divulgou o primeiro conceito universal de saúde: “saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. Este conceito ainda recebe críticas de estudiosos da área que chamam a atenção para a necessidade de se considerar os vários fatores que intervêm sobre a saúde. Nesse direcionamento, Marc Lalonde (1974), titular do Ministério da Saúde e do Bem-estar do Canadá, considera que tal conceito necessitaria abranger aspectos como: a biologia humana, que compreende a herança genética e os processos biológicos inerentes à vida, incluindo os fatores de envelhecimento; o meio ambiente, que inclui o solo, a água, o ar, a moradia, o local de trabalho; o estilo de vida, do qual resultam decisões que afetam a saúde; e a organização da assistência à saúde. Estas ideias a respeito da ampliação e abrangência do conceito de saúde encaixa-se na perspectiva do “paradigma inovador” de ciência, cuja preocupação é a visão de totalidade e superação da fragmentação e descontinuidade em torno do desenvolvimento integrado e relacional do homem. Vários autores corroboram com este entendimento, utilizando nomenclaturas convergentes para tal modelo de ciência.

Sobre tais nomenclaturas, destacamos: Paradigma inovador, segundo Behrens (2003); paradigma holístico, para Cardoso e Crema (1995); sistêmico, segundo Capra (1996) e Moraes (1998); paradigma emergente, para Boaventura Santos (2010) e Pimentel (1994). Segundo Moraes, (1998, p.76), o Paradigma Emergente é a “aliança entre as abordagens construtivista, interacionista, sociocultural e transcendente”.

No campo da saúde, segue-se os paradigmas de produção do conhecimento científico, com destaque para os paradigmas Biomédico, epidemiológico e sociológico com suas abordagens específicas que não nos cabe discutir, mas apenas situar as nossas reflexões acerca das aproximações entre saúde e educação.

Na área da saúde também contamos com a evolução científica dos paradigmas, sendo o Biomédico o mais enfatizado por focar as suas ações na ausência de doenças e assistência médica de caráter curativo, o que não contempla a amplitude do que se exige hoje do campo da saúde em uma perspectiva mais ampliada. Uma visão mais ampla de

saúde deve incluir além da base paradigmática, outras dimensões de desenvolvimento da pessoa, em diferentes abordagens: física, mental, social política cultural e espiritual, atendendo a todos em caráter coletivo

A nossa reflexão em torno dos paradigmas de ciência e conhecimento em que estão fundamentadas estas grandes áreas mencionadas (educação e saúde) nos foi suscitada em função do momento vivenciado pela população mundial, um período que já compreende basicamente dois anos, 2020/2021, o qual fomos acometidos pela pandemia da Covid 19 desencadeada pela disseminação do novo coronavírus, que alterou a vida de todos, não sendo diferente com os profissionais da saúde e da educação. Os primeiros diante um quadro pandêmico que a ciência ainda não tinha como tratar e/ou prevenir; por outro lado em ambientes de trabalho sem condições materiais para promover o mínimo necessário a pacientes em estado grave; carga de trabalho excessiva incluído o isolamento destes em relação à família por medo de contaminá-los; ausência de políticas unificadas promovidas pelo Ministério da Saúde que tentassem evitar ou diminuir o número absurdo de mortes diárias e adoecimento de trabalhadores nas dimensões física, mental e psicológica .

Os trabalhadores da educação, em particular os professores da Educação Básica e das universidades, que logo no início da pandemia tiveram que paralisar as suas atividades de ensino, foram postos diante do impasse de respeitar as normas de distanciamento social e continuar a atender aos estudantes, principalmente os da escola pública que acolhe uma grande massa de crianças, adolescentes e jovens das classes trabalhadoras que não indo à escola, estariam cada vez mais desassistidas no seu processo de aprendizagem.

Como atendê-las sem o risco do contágio, já que nossas escolas em sua maioria possuem estrutura inadequada para funcionar? Foi preciso buscar saídas para mediar esta realidade utilizando um conjunto de ferramentas tecnológicas e de mídias digitais por meio do ensino remoto. O professorado de um modo geral não possuía domínio destas ferramentas e passou a sofrer pressão de ordem interna e externa chegando a ser até acusado de não querer trabalhar, o que promoveu um alto índice de adoecimento como estresse, angústia, ansiedade, medo, culminando com o adoecimento mental.

Desse modo, nestas reflexões fizemos opção pelos pressupostos do paradigma emergente de ciência, pela sua dinamicidade e também pela possibilidade de convivência com outras abordagens, sem perder de vista a sua unidade sobre a visão que tem do e sobre o mundo, homem, educação, saúde, conhecimento e ciência. Ou seja, uma

“cosmovisão” que enfatiza o todo em vez das partes, a visão de totalidade. Na área da saúde, atualmente, tem-se adotado uma visão mais ampla e integrada de saúde, que prima pela medicina preventiva, e reconhece a importância dos fatores biológicos, psíquicos, sociais e econômicos, assim como os comportamentos na promoção da saúde, bem-estar e produtividade, do ser humano, protegendo-o de doenças e incapacidades que podem afetar sua saúde integral.

Compreendendo a saúde nesta perspectiva ampliada, a Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 196, nos diz que: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”. Assim é garantido legalmente a todos os brasileiros de forma digna e cidadã o atendimento no campo da saúde. Neste mesmo entendimento, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental é caracterizada por um estado de bem-estar no qual uma pessoa é capaz de apreciar a vida, trabalhar e contribuir para o meio em que vive ao mesmo tempo em que administra suas próprias emoções. Isto significa conseguir lidar com sentimentos positivos ou negativos em qualquer situação de vida.

Este artigo está estruturado em: 1 Introdução, onde realizamos uma breve contextualização da temática; 2 Educação e Saúde: reflexões sobre adoecimento docente na UFMA, na qual trazemos alguns dados sobre adoecimento docente divulgados especialmente pela OMS de um modo geral no Brasil, e em seguida, discorremos sobre a experiência de retorno às aulas no sistema remoto do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão/UFMA; 3 Considerações Finais, onde apresentamos nossas ponderações finais sobre o tema abordado.

EDUCAÇÃO E SAÚDE: reflexões sobre adoecimento docente na UFMA

Dados da OMS (2020) indicam que os problemas de saúde mental são alarmantes, podendo até considerá-los pandêmicos. Ansiedade, estresse e depressão, estão, em todo o planeta, afetando pessoas do nosso convívio, e que precisam de ajuda. No Brasil dados de pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde no final de 2020 detectou ansiedade em 86,5% dos indivíduos pesquisados, transtorno de estresse pós-traumático em 45,5% e depressão grave em 16% dos participantes do estudo. A partir destes dados gerais, e não

por categorias, que indicam o processo de adoecimento dos brasileiros, queremos chamar atenção para a situação dos professores que estão em estado de permanente pressão no exercício da docência de forma remota. Para situar nossas inquietações os dados a seguir demonstram a realidade de docentes acometidos por males da área de saúde mental.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo site Nova Escola (2017), com aproximadamente cinco mil docentes, 60% se queixam de sintomas de ansiedade, estresse e dores de cabeça, e 66% já sofreram com fraqueza, incapacidade ou medo de ir trabalhar. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) também aponta que 71% dos 762 profissionais de educação da rede pública de várias regiões do país, entrevistados no início de 2017, ficaram afastados da escola após episódios que desencadearam problemas psicológicos e psiquiátricos nos últimos cinco anos.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera a profissão docente como uma das mais estressantes, pois ensinar se tornou uma atividade desgastante, com repercussões evidentes na saúde física, mental e no desempenho profissional (REIS *et al.*, 2006). Tudo isso, ocasiona adoecimentos, como: transtornos mentais, apatia, estresse, desesperança e desânimo, culminando com o afastamento dos docentes de suas atividades profissionais.

Os dados apresentados são realmente preocupantes, pois, os relacionados aos profissionais da docência, são de antes da pandemia, o que significa que podem estar mais alarmantes desde o início da pandemia da Covid 19. No direcionamento de tentar situarmo-nos sobre o quanto esse tempo de pandemia tem afetado a saúde emocional e, portanto, mental, dos diferentes sujeitos sociais, em nosso caso, dos profissionais da educação, passaremos a relatar um pouco dos diversos sentimentos que permearam o contexto de retorno às aulas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. As informações que relatamos foram obtidas a partir das diversas reuniões que participamos, realizadas por professores e professoras do referido curso. Essas reuniões tiveram o objetivo de planejar o retorno às aulas no formato remoto, visto que com o início da pandemia, em março de 2020, as atividades foram todas paralisadas.

Trabalho docente não presencial, uma realidade que se impôs para ser experienciada por todos/as os envolvidos/as em instituições de ensino. Um cenário marcado por inquietações, incertezas e questionamentos – formação de professores/as, acesso democrático à educação, condições de trabalho com segurança e inclusão digital para todos/as – a respeito das condições de exercício de uma prática docente para a qual

não estávamos preparados/as. Assim, considerando as demandas institucionais de ordem legal, administrativa e pedagógica, que agora seriam executadas de forma não presencial, pontuamos a urgência de situar o nosso “fazer docente” nesta nova realidade de distanciamento físico, porém necessário de interações socioemocionais, indispensáveis ao processo ensino e aprendizagem. (SANTOS; SEGADILHA; SILVA, 2021).

Muitas foram as atividades realizadas junto à instituição atuando mais intensamente em nossas atividades de Ensino e Pesquisa, posto que são o foco principal do nosso labor funcional. A universidade, no seu próprio Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas/SIGAA, possui ferramentas tecnológicas que permitem desenvolver muitas atividades de forma remota, além de disponibilizar outras ferramentas em plataformas de internet que nos permitem informar, comunicar, pesquisar e ministrar aulas. Assim, a UFMA passou a oferecer cursos *on-line* e webnários para instrumentalizar a comunidade acadêmica, objetivando atender às demandas postas pela pandemia. Esse foi o quadro no qual estiveram inseridos os mais de 60 (sessenta) professores e professoras do Curso de Pedagogia/UFMA. Desse modo, trazemos aqui uma síntese do que colocavam os professores, acerca dos seus sentimentos no período que antecedeu esse retorno, assim como depois desse início. (SANTOS; SEGADILHA; SILVA, 2021).

Na primeira reunião realizada, em julho de 2021, a maioria dos professores não abriu suas câmeras, um indicativo de um sentimento de insegurança e expectativa sobre as propostas de retorno.

Desse modo, na categoria saúde mental, observamos que as reuniões eram marcadas por um clima de forte ansiedade, o que nos permite inferir que os docentes estavam com o emocional abalado. As falas denunciavam preocupação com o uso das tecnologias, visto que usar os recursos tecnológicos como principais ferramentas de trabalho, no período anterior à pandemia, não era uma realidade. Os docentes temiam não dominar os recursos tecnológicos, embora a UFMA tenha iniciado, nesse momento, a oferta de uma série de webnários formativos no sentido de instrumentalizar especialmente os docentes sobre o uso dos diversos recursos tecnológicos existentes que pudessem viabilizar a oferta das aulas remotas. Contudo, pela nossa observação, era justamente essa avalanche de (in) formações que desencadeava um nível de ansiedade exacerbado entre os/as docentes. O sentimento de ansiedade era perceptível em falas carregadas de emoções, revelando a necessidade de acompanhamento médico para alguns/mas.

Apesar das incertezas, o semestre letivo teve início em setembro de 2020. Daí as preocupações docentes redobram, os professores tiveram que lidar com a aprendizagem acerca das novas TDICs, assim como com o atendimento aos discentes a todo momento da vida diária. Nesse sentido, Zaidan e Galvão (2020, p. 264) corroboram:

Professoras e professores experimentaram uma mudança brusca em suas rotinas, que se caracteriza pela penetração insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano, não importando que seus empregadores (o governo ou os donos de escola) não lhes tenham garantido estrutura para o teletrabalho.

A bem da verdade foi o que aconteceu com os docentes em sua grande maioria. Tínhamos que ir comprando o nosso próprio material, gerando na maior parte das vezes, gastos que não estavam previstos para o orçamento, e em decorrência desses imprevistos, as preocupações aumentavam, fazendo crescer o adoecimento evidenciado no estresse, depressão e fadiga, comuns entre professores/as. Um estado de tensão que certamente coloca em risco a saúde mental de qualquer pessoa. Segundo a OMS, podemos definir saúde mental como “o estado de equilíbrio entre uma pessoa e o seu meio sociocultural. Este estado garante ao indivíduo a sua participação laboral, intelectual e social para alcançar um bem-estar e alguma qualidade de vida.” A considerar-se todo o contexto de riscos e incertezas que se intensificou com a pandemia da Covid 19 ocasionada pela disseminação do novo coronavírus, pode-se afirmar que a saúde mental dos docentes encontrava-se/encontra-se comprometida.

Nesse contexto, pensar a experiência do trabalho remoto dos docentes do Curso de Pedagogia/UFMA passa por pensar o entendimento da categoria educação nesse processo. Nesse sentido, observamos algumas compreensões interessantes.

O impacto inicial paralisou a grande maioria, mas aos poucos, começamos retomar nosso trabalho focado em ações de muita reflexão para expressarmos o nosso estado de perplexidade, porém, com determinação no sentido da manutenção da vida e bem-estar de todos/as, o que, pelo que já descrevemos não seria muito possível para todos. A retomada exigiu planejamento, reuniões de: departamentos, colegiados, comissões e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs). Realizamos também estudos sistemáticos nos grupos de pesquisas, orientações de monografias, dissertações de mestrado, defesas por videoconferências de graduação e pós-graduação e ministração de disciplinas. Todas essas atividades executadas de forma remota. (SANTOS; SEGADILHA; SILVA, 2021).

Os professores, em meio às adversidades, se reorganizavam para atender aos estudantes da forma mais inclusiva possível, posto que, neste momento, docentes e

discentes encontravam-se debilitados. Na Pós-Graduação, colaborativamente, concluímos disciplinas anteriormente iniciadas, enfrentando, claro, muitos desafios. No entanto, realizando o processo ensino e aprendizagem, mas que custava a cada um de nós alguns adoecimentos muito sérios.

Apesar do empenho na realização das atividades de retorno ao ensino de modo remoto, muitas inquietações e incertezas permeavam as diversas reuniões realizadas pelos docentes e discentes do Curso de Pedagogia: desenvolvimento de um trabalho com qualidade e inclusão digital discente e também docente, compreendendo educação em uma perspectiva da formação humana.

Conseqüentemente, a realidade presente, posta pela pandemia, colocou para todas as instâncias de produção da vida humana o desafio da (re) construção, estando o campo da educação formal, e dos cursos de formação de professores, centralmente nesse confronto. Nesse sentido, erámos perpassados pela necessidade de preservar a natureza presencial do Curso de Pedagogia/UFMA, e pelas dificuldades de acesso digital de um grande número de nossos/as discentes e de docentes. Um cenário de reflexão e reconstrução das práticas educacionais para o atendimento de uma circunstância emergencial que afeta sobretudo a formação de futuros docentes e coloca em evidência a inovação de práticas pedagógicas, associando-se à formação de novos/as docentes, de modo ético e humanizador, as possibilidades existentes do uso das Tecnologias Digitais da Informação e comunicação/TDICs.

Uma ação que se insere no que podemos chamar de inovação pedagógica? De certo modo sim, contudo, precisamos ser cuidadosos sobre como compreendemos o processo de inovar pedagogicamente. Segundo Nóvoa (1995, p.141), atualmente é notório que é no cenário da organização escolar que as inovações são capazes de estabelecer-se e desenvolver-se. Contudo, é relevante conceber as possibilidades organizacionais para que a inovação ocorra, para que as experiências pedagógicas não sejam “sistemicamente destruídas com argumentos burocráticos para que os profissionais do ensino se sintam motivados e gratificados por participarem em dinâmicas de mudança”.

Contrariamente ao entendimento do uso da tecnologia pela tecnologia, o conceito de inovação pedagógica com o qual coadunamos está além da noção de que os recursos tecnológicos em si possam significar inovação, visto que entendemos que os indivíduos criam especialmente no que se refere aos seus comportamentos, posturas e atitudes (VASCONCELLOS; SANTIAGO, 2018). Nesse direcionamento, a inovação pedagógica

significaria: “[...] ruptura paradigmática que exige dos professores reconfiguração de saberes e reconhecimento da necessidade de trabalhar no sentido de transformar [...] a inquietude em energia emancipatória.” Passa por estabelecerem-se diferentes relações com o conhecimento, mudanças nas bases epistemológicas da prática pedagógica (CUNHA, 2016, p. 8).

Nesse sentido, reafirmamos que inovar pedagogicamente representa mudanças qualitativas das práticas escolares. Essas mudanças que continuamente são exigidas da profissão. Conforme Fino (2008, p. 01), inovação consiste em uma disposição “crítica, explícita ou implícita, face às práticas pedagógicas tradicionais [...]. Se quisermos colocar a questão em termos de ruptura [...], a inovação pedagógica pressupõe um salto, uma descontinuidade” (FINO, 2008, p. 01).

Para Fino (2008, p. 05), “[...] a inovação pedagógica só se pode colocar em termos de mudança e de transformação”, não é quantificável, estando à frente da ideia tecnicista que, por muitas vezes, se agrega à educação, envolve construção da autonomia docente, centramento de ações que objetivem o trabalho de uma educação marcada por valores representativos da condição humana, da formação de sujeitos/agentes cada vez mais comprometidos com uma transformação social em uma perspectiva da igualdade e da justiça social.

Para Dubet (2008, p. 49), a educação pode contribuir com uma igualdade distributiva das oportunidades, sendo esta “necessária, uma vez que mobiliza princípios e postulados morais fundamentais numa sociedade democrática”. A inovação pedagógica encontra-se nesse bojo como possibilidade de luta pela conquista de uma educação de qualidade e justa.

Quanto à inclusão digital discente, consideramos relevante observar que há a necessidade iminente de realização de mapeamento dos/as discentes no que se refere às suas condições de acesso à internet, visto que muitos residem em locais onde não existe sinal de internet. Tal circunstância coloca para a Universidade o desafio de promoção de uma inclusão verdadeiramente abrangente, dado que já é tempo de se fazer concretizar nossos discursos de oferta de uma educação democrática. É preciso que a universidade não se configure instrumento de aprofundamento das desigualdades sociais.

Consequentemente, o exposto reitera que o esforço por uma prática pedagógica inovadora comporta exigências de cunho administrativo e acadêmico, gerando um estado de ansiedade e tensões próprias do adoecimento docente. Já passamos também da hora da

elaboração de políticas de atendimento à saúde física e mental docentes, verdadeiramente efetivas. Políticas que saiam do discurso e se efetivem na vida de profissionais que fazem a educação nesse país. De acordo com Palú, Schütz e Mayer (2020, p. 148):

Se a docência é constituída de relações humanas, não podemos perder de vista que os docentes também são seres humanos e têm que lidar com a pressão de adaptar-se a ferramentas virtuais, preparar atividades que mantenham os alunos estimulados e, ao mesmo tempo, que também precisam exercer outros papéis dentro de suas próprias famílias por conta do trabalho Home Office.

Os autores apontam a necessidade de considerar-se as diversas atribuições que o docente, como ser humano, precisa ocupar-se, além da imposição do domínio sobre o uso das TDICs e atendimento ao ensino sem delimitação de tempo e espaço. Não obstante, configura-se um quadro que expõe os docentes a um cenário de adoecimentos atravessado por sentimentos de medo, ansiedade, estresse, e depressão. Adoecimentos que têm levado muitos docentes a afastamentos, assim como a quadros sérios de enfermidade, destituindo-os da possibilidade de orgulhar-se de seu fazer profissional. Portanto, pensar a relação saúde e educação no âmbito do exercício docente, convém situar todo esse cenário. Um contexto mais próximo de ser analisado e compreendido a partir do paradigma de ciência que contemple o indivíduo em sua complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este movimento explicitado a respeito do processo de produção do conhecimento no campo da saúde e da educação implica em considerar aspectos como desenvolvimento pessoal e coletivo, e o processo de emancipação, que inclui estar bem consigo mesmo e com os outros, consciente das exigências da vida, integrado de forma contextual com saúde e qualidade de vida. Conseqüentemente, o homem utilizará o conhecimento e a ciência de forma democrática e comprometida com a coletividade.

A integração educação e saúde desde a base da formação de seus profissionais incluindo os demais sujeitos deste processo, pode contribuir para que a população tenha acesso a níveis adequados de saúde, educação de qualidade, políticas públicas de saúde e educação comprometidas com a vida, direitos humanos e justiça social. Nessa perspectiva, o homem neste estado de bem estar, (qualidade de vida) utilizará o conhecimento emancipador para compreender a si, o outro e o mundo, estabelecendo o respeito à diversidade e a diferentes culturas, como também lutar pela sua permanente emancipação, buscando desvelar equívocos do passado e vislumbrar um futuro com um

olhar crítico, onde educação e saúde sejam de fato um direito, e não apenas garantias legais.

O relato da experiência de retorno do Curso de Pedagogia da UFMA nos permitiu concluir o quanto a automatização da vida tem desconsiderado a fragilidade da constituição do ser humano, tanto como indivíduo quanto como coletividade. Pois, sob a justificativa de que as atividades não poderiam continuar paradas, o trabalho foi reiniciado sem considerar as especificidades, visto que, estas foram plasmar-se nas aulas dos/as docentes. São estes quem podem dizer o quanto o processo foi seletivo e inadequado. Apesar de algumas ações adotadas no sentido de permitir a inclusão, muitos/as ficaram para trás. Fala-se hoje em perdas irreversíveis para os estudantes das redes públicas que ficaram sem aulas presenciais nesse período da pandemia, contudo, irreversível é a perda da vida e da qualidade de vida, comprometida pela aquisição de doenças crônicas de âmbito físico e mental.

Do ponto de vista epistemológico, a perspectiva é de adoção de um referencial cinético que comungue com o paradigma inovador, tanto no campo da educação, quanto no da saúde. É vital que a comunidade científica esteja sempre atuante no processo de pesquisa para a emancipação da comunidade e conseqüentemente do ser humano. Assim é fundamental equilibrar a produção da pesquisa básica e aplicada em todos os setores da sociedade, em especial Saúde e Educação, campos da ciência que necessitam estarem integradas permanentemente, para oportunizar vida digna com possibilidades de usufruir dos bens advindos da sociedade, tendo saúde e educação como ponto de partida e de chegada na vivência da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório Nacional: pesquisa internacional sobre ensino e aprendizagem: Talis 2018: primeira parte.** Brasília: Inep, 2019a. 36 p. Disponível em: Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018.** Brasília: INEP, 2019b.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Plano diretor. Brasília, 2001.

Brasil. Conferência Nacional de Educação (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação,** (2014). Recuperado de [http://conae2014.mec.gov.br/\[Links\]](http://conae2014.mec.gov.br/[Links])

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**, ed. 3, Curitiba: Editora Universitária Champagnat, (2003).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos (as) profissionais da Educação Básica Pública**. 2017. Disponível em: [relatorio_pesquisa_saude_completo.pdf \(cnte.org.br\)](http://relatorio_pesquisa_saude_completo.pdf(cnte.org.br)). Acesso em 15 de jul. de 2021.

KUHN, Tomas. **A estrutura das Revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: D.F. Scmitman (org). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre; Artes Médicas, 1996.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**, ed. 10, Campinas, SP: Papirus, 2004.

SALAS, Paula. Ansiedade, medo e exaustão: como a quarentena está afetando a saúde mental dos educadores. **Revista Nova escola**, jul/2020. Disponível em: [https://novaescola.org.br > conteúdo > ansiedade-medo-saúde mental dos educadores, 2020](https://novaescola.org.br/conteúdo/ansiedade-medo-saúde-mental-dos-educadores,2020). Acesso em 15 de julho de 2021.

SANTOS; SEGADILHA; SILVA. ENSINANDO NA ADVERSIDADE: o fazer docente mediado pelas tecnologias digitais em tempos de pandemia. in: SOUZA, Carla Figueira de; PAIXÃO, Maria do Socorro Estrela; ROSA, Marise M. de Castro. **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: deslocamentos e experiências em contextos situados**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. **A condição dos professores: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores**. Genebra: OIT/UNESCO, 1984.

LALONDE, Marc. **Relatório Lalond**. 1974. Disponível em: http://dbpedia.org/resource/Lalonde_report.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. ed. 16, Porto: Afrontamento, 2010.

PALU, J.; SCHÜTZ J. A.; MAYER, L. **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Disponível em [SED - Secretaria de Estado da Educação - Desafios da Educação em tempos de pandemia](#). Aceso em 15 de julho de 2021.

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. “COVID19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada”. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (orgs.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020.

Recebido em: 08/03/2022

Aprovado em: 10/04/2022

Publicado em: 14/04/2022